



Construção do patrimônio cultural e produção de memórias em São Francisco do Sul-SC

Cultural heritage and the production of memories in São Francisco do Sul-SC

Neiva de Assis

Andrea Vieira Zanella

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

Neste estudo apresentamos os resultados de uma pesquisa realizada no interior de Santa Catarina em que o objetivo principal foi analisar o processo de construção do patrimônio cultural do Centro Histórico e investigar sentidos produzidos por habitantes sobre a experiência de viver na cidade patrimônio cultural. A pesquisa de cunho etnográfico utilizou os seguintes procedimentos metodológicos: caminhadas na cidade, análise de documentos, visitas aos museus e ao escritório do IPHAN e conversas com moradores. Reconhecemos que o que se pretendeu na década de 80, o que se tinha interesse em preservar foi preservado: a paisagem cultural. Porém, a pesquisa analisou os mecanismos e estratégias de construção de memórias e de representações da história. Consideramos que a paisagem arquitetônica participa da produção do território e da dinâmica do tecido urbano, e no caso desta investigação, contribuiu para a construção de percursos e fluxos no trânsito pela cidade e participa na produção subjetiva de seus moradores.

Palavras-chave: **São Francisco do Sul; Patrimônio Cultural; Psicologia; Cidades**

Abstract

In this study we present the results of a research carried out in the interior of Santa Catarina in which the main objective was to analyze the process of building the cultural heritage of the Historic Center and to investigate meanings produced by inhabitants about the experience of living in the city cultural heritage. The ethnographic research used the following methodological procedures: walks in the city, analysis of documents, visits to museums and the IPHAN office and conversations with residents. We recognize that what was intended in the 1980's, what was interested in preserving was preserved: the cultural landscape. However, the research analyzed the mechanisms and strategies for building memory and representations of history. We consider that the architectural landscape participates in the production of the territory and the dynamics of the urban fabric, in turn, contributes to the construction of routes and flows in the traffic through the city and participates in the subjective production of its residents.

Keywords: **São Francisco do Sul; Cultural Landscape; Psychology; Cities**

INTRODUÇÃO

Neste trabalho apresentamos os resultados de uma pesquisa etnográfica realizada em São Francisco do Sul, Brasil, cujo objetivo principal foi analisar o processo de construção do patrimônio cultural do Centro Histórico e investigar sentidos produzidos por habitantes sobre as experiências de viver na cidade patrimônio cultural. São Francisco do Sul é um município de pequeno porte, com população de 42.520 habitantes e processo de desenvolvimento urbano ligado às atividades relacionadas ao mar e ao porto (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010). Na cidade destaca-se a presença de um centro histórico, composto por uma aglomeração urbana considerada sua paisagem antiga, a qual justificou o tombamento, em nível nacional, em 1987 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Há um conjunto paisagístico, uma fachada visível e oficialmente valorizada que se vê a partir da observação do mar: um cenário composto por igreja, praça, rua litorânea, fonte d'água, enfim, um território caracterizado como paisagem cultural e valorizado justamente por seu conjunto visual.

O reconhecimento de São Francisco do Sul como patrimônio histórico e artístico nacional deu-se e se dá, como divulgado nos sites de turismo, por essa arquitetura reconhecida como colonial portuguesa - paisagem que suscitou o interesse pela discussão sobre patrimônio nesse estudo. A paisagem cultural oficialmente reconhecida sustenta o discurso hegemônico sobre São Francisco do Sul; sítio arquitetônico português, composição urbana com características coloniais e ecléticas que, apesar de ter passado por modificações no tecido urbano ao longo dos tempos, permaneceu preservada próximo do que era antes das transformações do início do século XX.

A valorização da arquitetura colonial portuguesa e dos bens pertencentes aos grupos sociais de tradição portuguesa; atrela, de certa forma, o retrato da cidade à cultura europeia. Em museus e em eventos culturais da cidade pode-se observar um destaque às tradições portuguesas e um apagamento de outros modos de vida e de lembrança.

Sob uma perspectiva etnográfica olhamos, portanto, para essa cidade com o intuito de compreender as relações complexas construídas e as subjetividades ali produzidas, considerando que estas últimas modificam-se constantemente e são expressão e fundamento de uma trama plural marcada por uma dimensão concreta, social e simbólica. Nessa perspectiva, olha-se para a cidade como espaço de encontros e confrontos, de potência de relações, de negociações, de conflitos, de evidências e restos e alvo de estudos que problematizam o urbano (Ribeiro & Baptista, 2016; Santos, 2014; Sennett, 2018). Desse modo, ao mesmo tempo em que tijolo, pedra, ferro e asfalto construíram a cidade de São Fran-

cisco do Sul, tensões, disputas e territorializações, bem como sensibilidades e sentidos, compõem a paisagem na cidade e produzem nos sujeitos que dela participam expectativas, desejos, frustrações, etc. Consideramos ainda que a cidade, caracterizada como espaço concebido, planejado e patrimonializado pelos arquitetos e urbanistas, não coincide com a cidade vivida por seus moradores e apresenta relações entretecidas particulares.

Em um campo já demarcado por antropólogos e historiadores da arte, este estudo tece considerações sobre relações entre sujeitos e diferentes produções culturais, tomando essas relações como objeto privilegiado de conhecimento psicológico, problematizando a perspectiva anti-histórica e o essencialismo vigente. Aproximamo-nos dos estudos sobre memória no campo da psicologia, porém distanciamos-nos daqueles centrados no indivíduo, em que a memória é tomada apenas como uma faculdade mental, responsável pelos processos cognitivos e de aprendizagem, e abstraída das relações sociais que a produzem (Candau, 2018; Smolka, 2000; Gagnebin, 2014). Memória, linguagem, pensamento, afeto, imaginação são processos psicológicos superiores produzidos nas relações entre pessoas, em um entorno cultural, o que impossibilita uma análise fragmentada de um sujeito individualmente ou de memórias descontextualizadas de sua história e das condições de sua produção (Smolka, 2000).

O termo patrimônio tem origem do latim *patrimonium* e faz menção à herança paterna, à propriedade herdada dos antepassados ou ainda aos monumentos herdados das gerações anteriores. Assim, as noções de patrimônio cultural remetem, portanto, às questões de lembrança e de memória e sua compreensão convoca diferentes saberes e olhares (Pelegri, 2017).

A Constituição Federal de 1988, no artigo 216, define como patrimônio cultural os “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988). São passíveis de patrimonialização e salvaguarda as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas e culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico - incluindo os bens culturais de natureza imaterial.

A ideia de patrimônio vista como seleção de edificações, sítios e obras de arte que passam a ter proteção especial do Estado é uma avaliação possível, o que implica o domínio de um em oposição a um determinado outro. Por isso, podemos dizer que o ato de preservação do patrimônio cultural em São Francisco do Sul, compreendido como prática social, implicou um processo de interpretação

da cultura, produção não apenas material como também simbólica (Fonseca, 2017). Patrimônio é do campo da cultura, campo do valor e, portanto, arena de conflitos, seleção construída sobre diferenças.

Por conseguinte, tratamos os processos de patrimonialização como produções discursivas, enunciados que permitem “mapear” conteúdos simbólicos que auxiliam na compreensão do que temos hoje estabelecido como “identidade cultural brasileira” (Fonseca, 2003, p. 64). Nessa direção, consideramos a paisagem visual preservada e reconhecida como patrimônio nacional resultado de enunciados socialmente produzidos e apropriados, em processos não necessariamente tranquilos.

NOTAS SOBRE O PERCURSO ETNOGRÁFICO: RECONHECENDO A CIDADE

A pesquisa etnográfica foi realizada por meio de caminhadas na cidade, análise de documentos (Lemos et al., 2015), visitas aos museus da cidade e ao escritório do IPHAN, conversas com pessoas que contaram sobre o processo de patrimonialização de São Francisco do Sul e/ou sua relação com a cidade (Clifford, 2002). Algumas pessoas destacaram-se nesse processo de aproximação à história da cidade e suas tensões, e as conversas com elas, gravadas e transcritas, foram fundamentais à construção de sua trama: Dalmo Vieira, Arquiteto e Urbanista, responsável pelo projeto de tombamento em São Francisco do Sul. Vanessa Pereira, Arquiteta, foi chefe do escritório do IPHAN em São Francisco do Sul e trabalhou também no Programa Monumenta em 2011; Karine Possamai, chefe do escritório do IPHAN em São Francisco do Sul; Andrea Oliveira, pedagoga, diretora do Museu Histórico de São Francisco do Sul. Soraia Pinheiro, servidora pública na Fundação Cultural. Carmen Musse, 94 anos, moradora desde 1953 em um imóvel patrimonializado no Centro Histórico e construído em 1924.

São Francisco do Sul é conhecida no mercado turístico como a terceira cidade mais antiga do país, informação que considera a expedição de 1504, do francês Binot Paulmier de Gonneville, como o início da colonização da cidade. Porém, historiadores registram que no século XVI apenas houve a passagem da embarcação francesa pela região, não tendo sido constituída povoação ou colonização naquele momento (Souza, 1992). Mais de um século depois, em 1641, Gabriel de Lara – alcaide e *capitão-mór* da vila de Nossa Senhora do Rosário da Capitania de Paranaguá – fundou o povoado de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco. A colonização portuguesa se efetivou a partir de 1658, com o início da povoação por vicentistas, paulistas e bandeirantes portugueses e, em 1660, São Francisco foi elevada à categoria de vila. Elevada à condição de cidade, cresceu lentamente e alcançou o auge da prosperidade nas últimas décadas do século XIX, com as atividades portuárias e a chegada de imigrantes italianos,

alemães e poloneses à região (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, 2015b). No século XVIII, a economia de São Francisco do Sul tinha como base a agricultura e a atividade portuária exportadora, enquanto a arquitetura colonial portuguesa era predominante. Utilizavam-se as técnicas da taipa-de-pilão e pau-a-pique – técnica de armar uma estrutura maior de ripas de madeira ou bambu com uma mistura de barro – por serem de rápida construção e por utilizarem materiais abundantes na colônia: barro e madeira.

Os moradores adotaram também a alvenaria de pedra ou tijolos de adobe para levantar paredes, materiais estes que permitiam a construção de estruturas maiores e a inclusão de madeiramento para pisos e tetos. A cantaria - modo de construção que utiliza a pedra lavrada de maneira precisa e de modo que as peças se ajustem sem o auxílio de argamassa – era utilizada nos edifícios mais nobres, em geral como reforço nos cantos de edifícios grandes e nas vergas de portais e janelas. Esse estilo arquitetônico colonial predominou na cidade até o final do século XIX e início do século XX, quando houve a diversificação das atividades produtivas e comerciais na cidade. A implantação de companhias importadoras e exportadoras, de armazéns de estocagem e a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, com um ramal para São Francisco do Sul, abriram novas perspectivas para o comércio (Pereira, 2012). O que anteriormente restringia-se a atividades agrícolas ampliou-se para atividades de engenhos, olarias, curtumes e pequenas fábricas.

As mudanças na atividade econômica trouxeram modificações no tecido urbano; com o aumento do poder aquisitivo da população, observou-se o surgimento de novas construções a partir do modelo arquitetônico eclético. O ecletismo foi um movimento arquitetônico europeu predominante em meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, período marcado pela revolução industrial, que trouxe infraestrutura dentro dos planos de reurbanização das grandes cidades, trazendo também novos hábitos e costumes ao Brasil.

São Francisco era muito rica nesse período. Aí houve a decadência do porto e até a cidade se redescobrir, São Francisco passou por um período de declínio econômico muito grande. E a capital do estado não passou por isso, as arquiteturas se mantiveram. Se não elas teriam sido substituídas. Todas as cidades históricas que a gente tem passaram por um momento de crise na época do desenvolvimentismo nacional. Só por isso que foram preservadas, porque não tinham dinheiro (...) Entre os anos 50 e 70, quando a gente mais perdeu patrimônio, que era os 50 anos em 5 - elas se mantiveram. (Vanessa Pereira, entrevista pessoal, março de 2014)

A prosperidade econômica da cidade foi interrompida na década de 1940 com o declínio do ciclo da erva-mate e da madeira, em razão do esgotamento das re-

servas desses produtos em Santa Catarina e o consequente direcionamento dos recursos do governo para outros portos brasileiros, somado à recessão financeira causada pelas duas guerras mundiais (IPHAN, 2015b). O porto foi classificado como terminal graneleiro na década de 1970 e, com isso, grandes empresas de armazenamento e beneficiamento de grãos chegaram à região, assim como grandes investimentos, tornando-o o quinto maior porto de escoamento de produtos do Brasil – mesma época em que foi instalado o terminal marítimo da Petrobrás, na Praia da Enseada (IPHAN, 2015b). Foi justamente a estagnação econômica na primeira metade do século XX, que impediu a descaracterização completa da cidade, como ocorreu em outras localidades do litoral brasileiro em que a construção de grandes empreendimentos imobiliários substituiu a arquitetura colonial.

O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Em São Francisco do Sul, assim como em Laguna, não foram patrimonializados monumentos individualmente, e sim conjuntos urbanos. O processo de patrimonialização do Centro Histórico de São Francisco do Sul iniciou, conforme indicaram os documentos amarelados encontrados no escritório do IPHAN, no final da década de 70. A importância desse processo é destacada por Dalmo Vieira:

A área tombada em São Francisco do Sul e Laguna foram patamar pro Brasil. E naquele momento eram os dois núcleos que estavam mais destacados nesse inventário. Então foi fruto desse estudo anterior e a dimensão que tinha aquele sítio geográfico, como conjunto urbano, não tinha em outro lugar do Brasil. (Dalmo Vieira, entrevista pessoal, março de 2014)

São cerca de 400 imóveis protegidos pelo IPHAN, abrangendo o núcleo original da cidade, a cumeada de elevações que o envolvem e a orla marítima. Conforme Dalmo Vieira, o caso de São Francisco do Sul foi emblemático e original não só como primeira paisagem a ser tombada, junto com Laguna, mas também, posteriormente, como primeira área urbana a receber recursos para revitalização pelo Programa Monumenta, programa estratégico do Ministério da Cultura com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento e o apoio da Unesco, para a recuperação e preservação do patrimônio histórico. Embora direcionado para monumentos, incluiu São Francisco do Sul, e a partir de então, outros conjuntos urbanos.

A gente já tinha uma visão estratégica no estado de que o desenvolvimento não poderia desprezar as áreas que foram construídas ao longo dos séculos e que o que a gente chamava genericamente de patrimônio carregava um potencial muito grande no estado, ou até mesmo no país [...] Mas logo veri-

ficamos que no litoral não havia dúvidas de que havia dois núcleos, já naquela altura em parte até descaracterizados. Mas que guardavam uma relevância grande mesmo em termos do Brasil. (Dalmo Vieira, entrevista pessoal, março de 2014)

E nos anos 80 começou a se discutir que o patrimônio das nossas cidades litorâneas era originalmente colonial, mas havia passado por uma transformação no início do século 20, pra arquitetura eclética. (Vanessa Pereira, entrevista pessoal, março de 2014)

O conjunto urbano protegido recebeu também a classificação em níveis de proteção, conforme a presença de preservação das características originais na arquitetura. Conforme explicou Vanessa, a esses imóveis é concedido desconto no IPTU, que pode chegar até 90%, conforme o estado de conservação e o nível de proteção do bem. Não aprofundaremos as questões técnicas e particulares da arquitetura preservada, pois nosso olhar esteve direcionado para aspectos que auxiliassem na compreensão de modos de vida, de memórias e lembranças produzidas na cidade e de processos de subjetivação que estivessem entrelaçados com a cidade patrimônio. Por isso, para compreender o envolvimento de moradores no processo de proteção e possibilidades de pertencimento àquela paisagem, as conversas foram fundamentais.

A primeira pessoa com quem conversamos na cidade, indicada por moradores foi Andrea Oliveira, diretora do Museu do Mar no momento da pesquisa, que por sua vez indicou outras pessoas importantes para a pesquisa. Foi por meio dessa importante personagem que conhecemos D. Carmen Musse, moradora desde 1953 em um imóvel no Centro Histórico, construído em 1924. É um daqueles imóveis que estão bem conservados: têm preservação tanto em relação à fachada quanto à cobertura e possuem remanescentes internos. A casa de sua propriedade está em frente à praça principal, onde fica a Igreja Católica, a prefeitura, enfim, o núcleo da cidade. Na casa não havia jardim nas laterais, pois as paredes da casa encostavam-se às paredes das casas vizinhas – próprio do período conhecido na arquitetura brasileira como estilo colonial português. Branca, de janelas azuis, a casa estava posicionada bem rente à calçada: de modo que bastava apoiar-se no parapeito da janela para estar na rua, observar o vai e vem das pessoas. Sua casa tem uma porta alta com uma aldrava arredondada, chão de madeira e azulejos antigos. Da cozinha se via uma escada íngreme que dava para os quartos no andar superior e do outro lado, uma porta que dava para um quintal nos fundos. Contou com propriedade os detalhes da casa, da reforma, os momentos em que foram realizadas, as histórias que ali viveu.

O envolvimento de Andrea Oliveira com as temáticas memória e patrimônio e o encontro com D. Carmen revelaram também o modo como elas experimentaram a cidade ao longo das suas trajetórias, e as afecções que lhes foram possíveis. Duas personagens e uma cidade que habita suas lembranças.

O centro tinha sobre a gente uma atração. [...] É uma cidade antiga, é um lugar que tem história [...] Tinha sempre algum trabalho de escola sobre a história da cidade (...) eu tinha ali uns 12 anos, eu entrevistei o prefeito da época, o José Schmidt. E ele disse assim, isso foi ali em 84, 85: “olha, minha filha, tem uma coisa muito boa pra acontecer em São Francisco do Sul. Todo esse nosso patrimônio, essa nossa arquitetura, vai ser tombado, por lei federal”. Acaba que eu percebo muito, sabe, quem sou eu, a minha identidade perpassa esse universo cultural que eu vivi e que eu vivo. É comum pra todas as pessoas que moram aqui e que aqui foram criadas. Mas eu percebo um sentimento muito forte de querer que a cidade preserve as questões tradicionais, questões culturais. (Andrea Oliveira, entrevista pessoal, fevereiro de 2014)

Quando eu era pequena que morava na casa da minha mãe, as casas todas tinham famílias que moravam. Todas as casas, com família, família, família. Aqui atrás da igreja tinham muitas casinhas. Do lado de lá da praça também cheio de casinhas com moradores. A [rua] Babitonga cheia de casas né... o comércio... era aqui! A cidade vivia no centro. Tudo era aqui. Eu sei que quando eu estudava o primário, se falava de São Francisco, diziam que era uma das cidades que tinha mais ruas calçadas. Aí a cidade parou. Era tão bom! (Carmen, entrevista pessoal, fevereiro de 2014)

Pessoas nas ruas referiam-se à cidade como um berço da cultura açoriana, um lugar que tem história, quase nostálgico, que teria passado por vários momentos ao longo do tempo. Essa identidade, esse sentimento comum para quem ali vive, esse universo cultural de que fala Andrea Oliveira é construído a partir do contexto cultural de que o sujeito faz parte e os sentidos ali produzidos. Podemos dizer que sentidos são produzidos pelos sujeitos em suas relações por meio da atividade, das experiências, em determinado contexto histórico. A psicologia histórico-cultural de Vygotski (2009) e o Círculo de Bakhtin (2011) reconhecem que os processos de subjetivação têm o signo como centralidade, meios de intervir no mundo que, produzidos socialmente, medeiam as relações com muitos outros. Os signos, por sua vez, compreendem possibilidades de sentidos, produzidos pelos sujeitos em suas relações por meio da atividade, das experiências, em determinado contexto sócio-histórico. Importante, pois, se faz considerar a produção de sentidos no estudo sobre a paisagem de São Francisco do Sul, pois as pessoas vão dialogando com o território, os lugares, a paisagem, e estes convidam-nas a participar do processo na vida urbana.

Portanto, a cidade não é experimentada da mesma forma por todos os moradores, embora existam semelhanças que os aproximem, pois esse processo ocorre sempre a partir de uma moldura, de um recorte do que se pode ver e ouvir, sentir e compreender.

Em outras palavras, embora o espaço se imponha “através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para lazer e como condição de viver bem” (Santos, 2014, p. 55); também é território de relações sociais, de produção de sentidos plurais sobre a cidade e, por conseguinte, de processos subjetivos múltiplos.

OUTROS SENTIDOS SOBRE A PAISAGEM E SOBRE A CIDADE

O estudo realizado por Pereira (2012) indica que a população de São Francisco do Sul encontra dificuldades para relacionar-se com a sua atual condição de patrimônio cultural nacional. Conforme a autora, muitos moradores não compreendem o que significa ter seu Centro Histórico preservado e poucos veem o tombamento como uma forma importante de preservar sua história; ou, ainda, não sabem efetivamente como se processa essa preservação. Em conversas com alguns moradores evidenciamos pouca afetação com relação ao centro histórico, com relatou Soraia Pinheiro:

Nós só íamos no Centro Histórico pra comprar alguma coisa ou à missa. Então nós não tínhamos o costume de passear no Centro Histórico [...] Mas sobre o tombamento, eu quase não consigo lembrar. [...] Mas engraçado que no Centro Histórico mesmo a gente não teve muita trajetória. Não tenho memória do Centro Histórico. Era uma questão que quem morava no Centro Histórico era quem tinha dinheiro, eram aquelas pessoas que tinham poder [...] Mas passear como eu faço hoje com minha filha... mas mesmo assim eu não me sinto parte, parece que aquele lugar é distante de mim. [...] É diferente quando tu tá no teu bairro, que tu conheces as pessoas onde moram. Engraçado isso. Eu morava muito tempo na Barão do Rio Branco, na antiga rodoviária [fora do sítio arquitetônico]. A gente brincava muito na rua, então eu passo ali eu me sinto na minha casa. E tem uma paralela que era o Buraco Quente – eu tenho muito amor por aquela rua, por aquelas pessoas que moram ali. Então, sei lá, é uma relação de território, parece que é teu. E uma questão assim que quando a gente tá perto, ou passa por aquela rua: “ah eu morava ali”, sabe aquela coisa até boba né, mas é uma relação, sei lá, parental. Lembro que a gente ia comprar ovos de uma mulher que tinha galinha caipira, de emprestar coisas na casa dos outros ou alguma coisa que faltava. (Soraia Pinheiro, entrevista pessoal, abril de 2014)

O relato de Soraia Pinheiro abre possibilidades de reflexão sobre a questão da memória para além do que está visível na paisagem reconhecida. A presença e a circulação de um discurso sobre a cidade não necessariamente coincidem com o que ela significa para seus moradores. É necessário portanto, analisar a sua apropriação e produção pelos “praticantes que não a fabricam” (Certeau, 2013, p. 39). O lugar denominado Buraco Quente, por exemplo, desloca o olhar para esses territórios anônimos, anunciando que a experiência com aquela paisagem patrimônio não é idêntica para todos. Patrimônios são signos por meio dos quais se constrói, se reativa, se imagina níveis diversos de pertencimento. Soraia Pinheiro indica outros territórios de afetação, de interação social, de realização de práticas cotidianas ao evidenciar outras regiões da cidade que “parece que é teu”, lhe pertence. Revela então, relações de pertencimento e de identidade comunitária construídas com outra região da cidade e de desconhecimento com o patrimonializado.

Os patrimônios são objetos ou locais coletivos e institucionalmente definidos, constroem uma ideia naturalizada de comum, de sentimento de pertencimento de cada sujeito que compõe uma comunidade. Produzem-se objetos culturais muitas vezes naturalizados e essencializados em torno dos quais se constroem as comunidades, as identidades coletivas em diversos contextos. Há, portanto, nesse patrimônio reconhecido, um mecanismo de fixação, naturalização e imobilização de processos socioculturais. Por vezes, processos de patrimonialização vêm acompanhados de objetivações culturais e de institucionalização de um aspecto da cultura, impondo singularizações de traços, comportamentos, monumentos e obras, como se pudessem ser imutáveis com o tempo e fixados no espaço. E isso tem um preço, pois

Reduzir o patrimônio cultural de uma sociedade às expressões de apenas algumas de suas matrizes culturais – no caso brasileiro, as de origem europeia, predominantemente a portuguesa – é tão problemático quanto reduzir a função de patrimônio à proteção, que evidentemente representa também um ônus para a sociedade e para alguns cidadãos em particular. (Fonseca, 2003, p. 65)

Evidenciamos que o processo de patrimonialização de um conjunto urbano, precisa vir respaldado pela comunidade, precisa ser reinventado todo dia, reconstruído no presente. O centro histórico patrimonializado precisa continuar a dialogar com a cidade: não só com os turistas e suas fotografias, mas também com o morador que o atualiza ao produzir uma história particular sobre o patrimônio reconhecido pelo IPHAN.

Além das poucas pessoas que pela cidade circulavam, observamos um movimento de abandono do Centro por parte das lojas e baixa oferta de serviços -

não vimos por ali a vida pulsando que D. Carmen lembrava ao falar da sua infância, apenas a ausência que Andrea Oliveira assinala: “acabou que o centro vai ficando cada vez mais diluído, poucas famílias morando, alguns prédios públicos, a prefeitura, os museus, um cartório, a igreja. Alguns prédios, alguns órgãos, mas que durante o final de semana as ruas ficam completamente vazias. Não têm vida”. Esse abandono do Centro Histórico de São Francisco do Sul não é, no entanto, exclusividade dessa cidade. Ao contrário, o processo de reestruturação de espaços urbanos é observado nos centros tradicionais de metrópoles, núcleos que entraram em decadência e tiveram seus serviços deslocados a novos centros. Nas grandes cidades, esse abandono é por parte do capital, ou seja, houve o deslocamento para outras localidades e por consequência também a rede de serviços e de bens de consumo se deslocou.

Se a ausência de movimento no Centro Histórico de São Francisco do Sul é presente no discurso de antigos moradores, o que conhecem os moradores de São Francisco sobre o que foi protegido? Que discursos e sentimentos de pertença sobre a cidade foram produzidos? Como se deu o processo de patrimonialização da paisagem cultural? O que as pessoas lembram desse momento? Quais foram os protagonistas desse processo? Houve alguma participação, mobilização por parte da comunidade?

Eu estava no ensino médio. Eu lembro pouca coisa. Eu lembro de ter visto a notícia, mas não lembro da comunidade ter sido consultada. Algumas pessoas que trabalhavam na prefeitura naquela época me disseram que houve uma conferência pública, uma audiência, mas que foi um número muito pequeno de pessoas. Então eu não acredito que tenha sido discutido. (Andrea Oliveira, entrevista pessoal, fevereiro de 2014)

Houve depois reunião pra conseguir arrumar através da Caixa [banco] as casas tombadas... até eu fui, a gente fazia a reforma por conta da Caixa e ia pagando sem juros. (Carmen, entrevista pessoal, abril de 2014)

Não, não houve. A cidade não reagiu, poucos se entusiasmaram com a ideia. Mas sem dúvida o personagem, a figura de proa, era o Schmidt – o prefeito sempre foi o grande aliado. Houve esse momento de contestação, que é parte do processo do tombamento. Nós chegamos a fazer um seminário, encontro nacional, aí várias pessoas foram pra lá, inclusive ex-representantes do IPHAN. Foi um pouco depois do tombamento, alguma coisa por volta de 88. Foi um encontro técnico com a população, aberto, que reuniu os técnicos principais. Era realmente a cúpula do IPHAN na época que veio pra ali. Nós fizemos dois seminários, um em Laguna e um em São Francisco. As pessoas iam, opinavam, mas no fundo eu acho que não acreditavam ou não mediam bem a consequência daquilo, sabe [...] A cidade estava quase sem capacidade de reação pra nada. Quando saiu a notifi-

cação, ninguém acreditava que fosse dar certo. Nem Laguna, nem São Francisco. Era uma coisa tão inalcançável naquele tempo que eles não acreditavam. (Dalmo Vieira, entrevista pessoal, março de 2014)

O que eu entendo é assim, o tombamento desde que ele foi institucionalizado em 37, é uma atividade acadêmica e científica [...] Nos anos 30, os primeiros bens tombados em SC foram as fortalezas militares. Porque naquela época é muito interessante, essa ideia de resgate da identidade nacional. Então porque era uma república nova, precisava se criar uma identidade de um Brasil (...) Que eram do período fundacional, daquele passado digamos mais romantizado. (Vanessa Pereira, entrevista pessoal, fevereiro de 2014)

Os discursos aqui apresentados, discursos de patrimonialização de quem idealizou o espaço e/ou de quem o reproduz, evidenciam sujeitos e momentos importantes no processo de tombamento do centro histórico. Mas como foi a mobilização para a abertura do processo de patrimonialização? Como e por meio de quais instrumentos, e graças a quais protagonistas, se construiu no tempo e no espaço uma identidade cultural local? Ao se analisar os documentos do processo de patrimonialização no escritório do IPHAN, constata-se a defesa de um interesse local:

A solicitação insistente deste tombamento pelo Prefeito da Municipalidade parece indicar o interesse que por ele tem a comunidade local. A contratação, pela prefeitura, das arquitetas [...] reafirma a intenção da Municipalidade de zelar pelos aspectos tradicionais de São Francisco do Sul. (IPHAN, 1986, p. 44)

Em São Francisco, nosso grande estimulador, quem dava suporte ao trabalho, era o prefeito José Schmidt. Ele dizia que tinha participado de umas palestras e esse pessoal tinha convencido ele do valor da cidade histórica. Tinha na cabeça dele uma ideia de modernidade e do que era qualidade de vida. Acho que era farmacêutico. Mas um sujeito muito humano, de uma inteligência, foi um sujeito muito importante. E eu fui contratado para representar o IPHAN, para ficar à disposição do IPHAN no estado. (Dalmo, entrevista pessoal, março de 2014)

Esses documentos e relatos em diálogo evidenciam a existência de um grande interesse na patrimonialização de São Francisco do Sul pela política pública municipal, representada na pessoa do prefeito e de Dalmo Vieira, que naquele momento era chefe do escritório técnico do IPHAN em Santa Catarina. Vanessa, ex-arquiteta do IPHAN de São Francisco do Sul, aponta que o fato de Dalmo Vieira estar à frente desde o início na concepção do processo de preservação, acompanhando todo o desdobramento e incluindo a cidade no Programa Monu-

menta, foi fundamental para a estruturação de uma política patrimonial para o estado.

Dalmo Vieira e José Schmidt são reconhecidos em documentos e por relatos orais como nomes importantes em todo o processo de patrimonialização da cidade, sendo, portanto, seus agentes. Mas, pelos relatos de moradores e como é referido no documento do IPHAN, parece que não houve participação da população nesse processo ou informação sobre os novos rumos que traria para a cidade. As pessoas com quem conversamos não tomaram conhecimento de qualquer consulta pública ou audiência pública sobre o processo de patrimonialização. Foi possível ler e destacar nos documentos do IPHAN a insistência do prefeito, mas nem os documentos nem os relatos orais apontaram indícios de um desejo da comunidade. Não poderíamos esperar participação popular no processo de patrimonialização nos moldes do que compreendemos após a Constituição Federal de 1988, pois a ditadura tinha recém terminado no país. Talvez por isso, mais do que participação da população, houve uma análise técnica no processo de patrimonialização da paisagem cultural. Assim como ocorre com a patrimonialização de monumentos, também em São Francisco do Sul o processo caracterizou-se por uma atividade técnica, promovida por arquitetos e historiadores.

Então eu tenho as minhas imagens assim: tá tudo submerso, de repente começou a sair debaixo d'água, a cidade começou economicamente a emergir e o que que a gente faz agora pra salvar se não ela vai ser totalmente destruída. Então o prefeito, tendo uma cultura talvez um pouco mais erudita e também um trabalho muito intenso assim da elite cultural catarinense, se motivou a fazer essa preservação. E eu acho que a população não participou desse processo. (Vanessa Pereira, entrevista pessoal, março de 2014)

O relato de Vanessa Pereira parece confirmar a possibilidade de que foi após o processo concluído que surgiram algumas resistências. Os proprietários de imóveis foram notificados, por meio de informativos e em especial um deles dizia “Carta à cidade de São Francisco do Sul” que encontramos entre os documentos no escritório do IPHAN, sem data, amarelado pelo tempo, que trazia esclarecimentos sobre os efeitos do tombamento no que diz respeito a obras de reparo, venda e manutenção do imóvel. Mas alguns questionamentos, dificuldades ou indiferenças por parte da população evidenciam tensões no processo de tombamento em São Francisco do Sul, como relatado por Dalmo, Andrea e Carmen:

Só começamos a ter problemas lá alguns meses depois lá quando foram fazer uma calçada e verificaram que tinha um pavimento antigo embaixo. Aí

a nossa chefe achou que aquilo devia ser preservado. O pessoal foi contra, aí teve uma reunião na Câmara de Vereadores. Eram dois fatos. Era esse negócio de calçada e... ah! E uma outra casa que era no lado da praça da igreja. Era um senhor que quando se aposentou, voltou pra cidade e comprou um terreno na praça resolveu fazer uma casa que nós não concordamos. Aí nós tivemos que fazer algumas intervenções. (Dalmo Vieira, entrevista pessoal, março de 2014)

Uma pessoa ou outra sempre mencionou: “Ah mas não devia. Agora tombaram isso e ninguém cuida. É empecilho pra gente poder reformar”. Porque aí todo projeto tem que passar pelo escritório técnico, né. E tu não pode simplesmente tirar uma esquadria de madeira e botar uma de alumínio. E também tem os níveis de tombamento dentro do Centro Histórico. Então tem casas que tem mais critérios que outras, que são de menos valor. Enfim, tiveram reclamações. (Andrea Oliveira, entrevista pessoal, fevereiro de 2014)

Olha, pra mim, foi indiferente, não teve problema. No começo assim era estranho. Uma vez ela [arquiteta] passou a tarde inteira – ela e mais um outro – passaram a tarde inteira medindo a minha casa inteira... o tamanho das portas, largura das vistas... tudo, tudo. Mas no começo eles se intrometiam, proibiam muita coisa. Mas eu não tive problema, a casa continuou do mesmo jeito. (Carmen Musse, entrevista pessoal, fevereiro de 2014)

Essas tensões se apresentam como questões para reflexão sobre a apropriação por parte da população. O que as pessoas com quem conversamos apontam como desdobramento do processo de tombamento da cidade se repete atualmente no trabalho do IPHAN ao fiscalizar os 400 imóveis que compõem a paisagem cultural.

Tem muitos casos também que as proprietárias eram senhoras que não tinham filhos, não tinham marido e aí os herdeiros são sobrinhos, ou netos que às vezes não têm nem inventário. Então tem uns sete, oito que a gente não consegue nem saber a quem a gente pode autuar de fato. Os outros a gente notificou todos, dois comprovaram insuficiência financeira e um já conseguiu recurso [...] E os outros alguns pediram prazo um pouco maior pra fazer a obra. E a gente teve duas casas que foram recuperadas, a gente conseguiu identificar os proprietários, eles pintaram a casa, reformaram a fachada, fizeram cobertura e botaram a casa à venda, que estava em estado de abandono. (Karine Possamai, entrevista pessoal, abril de 2014)

Isso é um mal de todas cidades históricas. As casas que a gente chama de espólio – como são de vários herdeiros, até inventariar, definir pra quem, é um peso. Preferem mais que venda, pra que não tenha que ser responsabilizar por aquilo. Como se fosse um grande pepino ter uma casa tombada e na verdade não é. Quando você constrói uma casa, quando você reforma

uma casa, tem que aprovar esse projeto na prefeitura, só que ninguém faz isso. As pessoas fazem irregularmente! Então, o bem tombado ele te obriga a cumprir a lei, entendeu? (Vanessa Pereira, entrevista pessoal, março de 2014)

Conforme a chefe do escritório do IPHAN, Karine Possamai, no momento da realização da pesquisa, 45 imóveis do conjunto patrimonializado estavam em estado de abandono, quatro estavam com obra embargada, sendo que em outros períodos 12 obras chegaram a ser embargadas ao mesmo tempo. Em alguns casos foi preciso acionar a Polícia Federal ou o Ministério Público Federal para garantir que reparos fossem realizados em determinados imóveis.

Diferentes sujeitos informantes, com trajetórias e vínculos diversos com a cidade, auxiliaram-nos a compor essa colcha de retalhos, esse quebra-cabeça de evidências sobre como se reproduziu em nível local um modo de preservar um patrimônio que contou com agentes técnicos e políticos, e na sequência incluiu a população e o cotidiano da cidade.

Consideramos então, que a paisagem no centro da cidade de São Francisco do Sul é resultado da ação dos sujeitos no espaço, pois, como afirma Santos, o ser humano “é fazedor de paisagens”; utiliza-se de meios instrumentais e sociais para a realização da vida, produzindo e, ao mesmo tempo, criando o espaço (Santos, 2014, p. 33). Desse modo, o olhar que se estabelece sobre a paisagem é também uma atividade que a confirma ou a refuta, seja em parte, seja como um todo. A relação entre paisagens fazedoras de pessoas e sujeitos que fazem cidades não é passiva, ao contrário, é necessário um espectador coautor da cidade, que, como afirma Rancière:

Observa, seleciona, compara, interpreta. Relaciona o que vê com muitas outras coisas que viu em outras cenas, em outros tipos de lugares. Compõe seu próprio poema com os elementos do poema que tem diante de si. Participa da performance refazendo-a à sua maneira (...). Assim, são ao mesmo tempo espectadores distantes e intérpretes ativos do espetáculo que lhes é proposto. (Rancière, 2012, p. 17)

Na análise da paisagem, evidenciamos que tempo e espaço se combinam nessa configuração territorial, participam da história viva, e essa composição do espaço, essas condições concretas que se apresentam na paisagem participam da produção subjetiva de seus habitantes no contemporâneo.

Reconhecemos a polifonia presente na paisagem que se olha, assim como o incabamento dos sentidos produzidos na experiência e, por isso, lançamos nosso olhar para diferentes vozes que habitam a cidade, diversas experiências que são produzidas e coexistentes à arquitetura portuguesa. Pois,

Não há uma palavra que seja a primeira ou a última, e não há limites para o contexto dialógico (este se perde num passado ilimitado e num futuro ilimitado). Mesmo os sentidos passados, que nasceram do diálogo com os séculos passados, nunca estão estabilizados (encerrados, acabados de uma vez por todas). Sempre se modificarão (renovando-se) no desenrolar do diálogo subsequente, futuro. (Bakhtin, 2011, p. 413)

Necessário se fez, portanto, retomar a história, os diferentes tempos que no espaço de São Francisco do Sul foram amalgamados e, problematizá-los a partir da experiência concreta de fazer e viver a cidade (Assis e Zanella, 2016).

As estratégias políticas, os discursos de construção do patrimônio cultural foram problematizados considerando as condições históricas e geográficas que produziram esse acontecimento. Nos discursos de inclusões e de exclusões de práticas culturais, destacam-se as tentativas de se construir uma identidade cultural na cidade de São Francisco do Sul e os modos como os moradores apropriaram-se desse patrimônio.

Reconhecemos que a paisagem que se vê quando se chega à cidade é criação de momentos históricos diferentes que coexistem no momento atual. Nessa direção, a paisagem, como resultado desse processo histórico acumulado, é testemunha de sucessivas gerações, enquanto o espaço “é a síntese, sempre provisória e sempre renovada das contradições” sociais (Santos, 2014, p. 108). A paisagem de São Francisco do Sul foi um importante ponto de partida na pesquisa, pois permitiu rever o passado numa perspectiva de conjunto e de presente, e buscamos também o contexto em que a moldura a qual os diversos moradores produziram e foram se produzindo, definida pelas ações praticadas no presente pelos sujeitos no espaço.

PATRIMÔNIOS E EXPERIÊNCIAS SUBJETIVAS

A investigação que apresentamos analisou práticas de patrimônio e questionou o espaço político de produção, construção, reivindicação de modos de vida. Reconhecemos que o que o processo de tombamento pretendia na década de 80, o que se tinha interesse em preservar foi preservado: a paisagem cultural. A pesquisa apresentada permitiu dessacralizar o monumento, retirar a aura que o cobre e analisar os mecanismos e estratégias de construção da memória e das representações da história.

Evidente que o processo de patrimonialização da paisagem de São Francisco do Sul foi importante para a preservação de práticas e memórias locais. Permitiu a salvaguarda desse núcleo, bem como a destinação de recursos financeiros e técnicos à cidade. Porém, a preservação de um patrimônio é uma ação complexa e, como afirmou Dalmo Vieira, “a matéria-prima do patrimônio não é o pas-

sado, é o futuro”. O patrimônio, como produção cultural, exige sujeitos intérpretes, excedentes de visão, acabamentos sobre o que foi produzido para que ressoe contemporaneamente (Bakhtin, 2011).

Nesse território patrimonializado, redes de relações foram constituídas e compuseram uma tessitura plural marcada por disputas, jogos de força, tensões e territorializações várias. Expressão e fundamento de relações sociais, a cidade de São Francisco do Sul caracteriza-se como rede, constituída e constituidora de seus habitantes que, nas intensas vivências com a polifonia urbana, produzem sensibilidades, sentidos que imprimem em seu entorno e em si mesmos suas expectativas, desejos, frustrações (Assis et al., 2017). O pensamento romântico de uma historiografia com um senso estético de uma identidade nacional comum se repetiu em São Francisco do Sul.

Entendemos que toda e qualquer produção humana é marcada por intensa dialogia, pelo confronto entre diferentes visões de mundo que se objetivam como vozes sociais a compor a polifonia urbana. Essa paisagem arquitetônica que participa da produção do território, do desenho da dinâmica do tecido urbano, contribui por sua vez para a construção de percursos e fluxos no trânsito pela cidade e constitui a experiência subjetiva dos sujeitos que dela participam e dos modos de apropriar-se do espaço urbano.

Vidas outras ali pulsam, com outros laços de pertencimento e com vozes que permanecem no tecido urbano como ruídos. Para ouvir essas vozes é preciso agachar-se e escutar por baixo e nas frestas dessas construções, dessas práticas, histórias entre História, para encontrar táticas de resistências com relação à ordem discursiva oficial sobre o passado, o presente e possibilidades de futuro.

REFERÊNCIAS

- Assis, Neiva de & Zanella & Andrea Vieira (2016). Lixo: outras memórias da/na cidade. *Fractal: Revista de Psicologia*, 28(2), 195-203. <https://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1408>
- Assis, Neiva de; Zanella; Andrea Vieira & Levon Boligian (2017). Histórias, memórias, lugares: Seu Maneca e a comunidade do Casqueiro em São Francisco do Sul - SC. *Textura*, 19(39), 92-111. <https://doi.org/10.17648/textura-2358-0801-19-39-2706>
- Bakhtin, M. (2011). *Estética da criação verbal* (6ª. Edição). Martins Fontes.
- Candau, Joel. (2018). *Memória e identidade* (Trad. Maria Leticia Ferreira. 4ª reimpressão). Contexto.
- Constituição da República Federativa do Brasil (1988). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm
- Certeau, Michael. (2013). *A invenção do cotidiano: volume 1. Artes de fazer*. Vozes.

- Clifford, James. (2014). *A experiência etnográfica. Antropologia e leitura no século XX*. Ed. UFRJ.
- Fonseca, Maria Cecilia L. (2003). *Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural*. In: Regina Abreu & Mario Chagas (Orgs.), *Memória e Patrimônio - ensaios contemporâneos* (pp. 56-76). DP&A.
- Fonseca, Maria Cecilia L. (2017). *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil* (4ª ed.). UFRJ.
- Gagnebin, Jeanne M. (2014). *Limiar, aura e rememoração. Ensaio sobre Walter Benjamin*. Editora 34.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2010). *São Francisco do Sul*. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=421620>
- Instituto do Patrimônio Histórico e artístico nacional - IPHAN (1986). *Informação número 109/86. Pedido de tombamento de São Francisco do Sul*. Autor.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (2015a). *Lista dos Bens Culturais Inscritos no livro do Tombo (1938-2012)*. Rio de Janeiro. <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3263>
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (2015b). *São Francisco do Sul (SC). Arquivo Noronha Santos/Iphan e IBGE*. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/398>
- Lemos, Flavia. C. S; Galindo, Dolores; Reis Júnior, Leandro. P; Moreira, Marcelo. M. & Borges Magalhães, Amanda G. (2015). Análise documental: algumas pistas de pesquisa em psicologia e história. *Psicologia Em Estudo*, 20(3), 461-469. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v20i3.27417>
- Pelegri, Sandra C.A. & Funari, Pedro P. (2017). *O que é Patrimônio Cultural Imaterial*. Brasiliense.
- Pereira, Vanessa M. (2012). *São Francisco do Sul (SC): o patrimônio que se estabelece e a paisagem que se constrói*. In: Alicia N. G. Castels & Letícia Nardi (Orgs.), *Patrimônio Cultural e Cidade Contemporânea* (pp. 107-122). Editora UFSC.
- Ribeiro, Elton S. & Baptista, Luis Antonio dos Santos (2016). Ruídos e silêncios de um corpo na cidade: paradoxos da produção da diferença no contemporâneo. *Psicologia em Revista*, 22(2), 374-391. <https://dx.doi.org/DOI-10.5752/P.1678-9523.2016V22N2P374>
- Rancière, Jacques (2012). *A partilha do sensível: Estética e política* (Tradução de Monica Costa Netto. 2ª. Edição, 1ª. Reimpressão). Editora 34.
- Santos, Milton A. (2014). *A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. Editora da Universidade de São Paulo.
- Sennet, Richard (2018). *Carne e Pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental*. Editora Record.
- Smolka, Ana Luisa B. (2000). A memória em questão: uma perspectiva histórico cultural. *Educação & Sociedade*, 21(71), 166-193. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302000000200008>
- Souza, Alcídio M. (1992). *Guia dos bens tombados de Santa Catarina. Expressão e cultura*. Expressão e Cultura.

Vygotski, Lev S. (2009). *A construção do Pensamento e da Linguagem* (2ª. Edição). Martins Fontes.



NEIVA DE ASSIS

Docente do Departamento de Psicologia da UFSC.

neiva.assis@ufsc.br

<https://orcid.org/0000-0002-5530-2095>

ANDREA VIEIRA ZANELLA

Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC, professora titular aposentada da mesma instituição, bolsista em produtividade do CNPq.

a.zanella@ufsc.br

<https://orcid.org/0000-0001-8949-0605>

FINANCIAMENTO

bolsa PDSE/CAPES – Processo no. 4808/14-2, Bolsa Produtividade CNPq, Bolsa CAPES estágio sênior no exterior.

FORMATO DE CITACIÓN

Assis, Neiva de & Zanella, Andrea Vieira (2021). Construção do patrimônio cultural e produção de memórias em São Francisco do Sul-SC. *Quaderns de Psicologia*, 23(2), e1688. <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1688>

HISTORIA EDITORIAL

Recibido: 30-09-2020

1ª revisión: 26-04-2021

Aceptado: 11-05-2021

Publicado: 31-08-2021